

TRAJETÓRIAS DE VIDA LABORAL DE TRABALHADORAS DE COMIDA DE RUA

LABOR LIFE TRAJECTORIES OF STREET FOOD WORKERS

Eveline Nogueira Pinheiro de Oliveira¹
Antônia Vaneska Timbó de Lima Meyer²
Cássio Adriano Braz de Aquino³

¹Doutoranda em Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Psicologia – UFC (2017). Graduada em Psicologia - UFC (2015). Integrante do Núcleo de Psicologia do Trabalho da UFC (NUTRA)

²Doutoranda em Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Psicologia – UFC (2018). Especialista em Gestão de Pessoas – Faculdade Estácio do Ceará (2011). Graduada em Psicologia - UFC (2006). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

³Doutor em Psicologia Social - Universidad Complutense de Madrid (2003), com Instância Pós-doutoral na mesma instituição entre (2008/2009). Mestre em Psicologia – Universidad Complutense de Madrid (2000). Mestre em Administração - Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (1994). Graduado em Psicologia - Universidade Federal do Ceará (UFC) (1989). Graduado em Administração - Universidade de Fortaleza (UNIFOR) (1986). É professor titular da UFC

Resumo: Apresentam-se trajetórias de trabalhadoras na comida de rua, tendo em vista o crescimento do setor e da informalidade, abordando questões de gênero e a precarização laboral. Os dados derivam de pesquisa anterior que buscou compreender os processos de precarização em trabalhadores de comida de rua na cidade de Fortaleza/CE. As entrevistas foram analisadas através da Análise de Conteúdo. O recorte de gênero realizado surge durante a investigação, que sugere que as especificidades do trabalho feminino demarcam as atividades produtivas em que as mulheres se inserem.

Palavras-chave: Trabalho Feminino; Comida de Rua; Trajetória Laboral; Trabalho Precário.

Abstract: The trajectories of female street food workers are presented, taking into account the growth of the sector and informality, addressing gender issues and labor precarization. The data derive from previous research that sought to understand the relationships between entrepreneurship and precarization in street food workers in the city of Fortaleza/CE. The interviews were analyzed through Content Analysis. The gender clipping carried out emerges during the research, which suggests that the specificities of women's work demarcate the productive activities in which women are inserted.

Keywords: Female Work; Street Food; Work Trajectory; Precarious Work.

Resumen: Se presentan las trayectorias de las trabajadoras de la alimentación en la calle, teniendo en cuenta el crecimiento del sector y la informalidad, abordando las cuestiones de género y la precarización laboral. Los datos provienen de una investigación previa que buscaba entender las relaciones entre el emprendimiento y la precarización en los trabajadores de la comida callejera en la ciudad de Fortaleza/CE. Las entrevistas se analizaron mediante un análisis de contenido. El recorte de género realizado emerge durante la investigación, lo que sugiere que las especificidades del trabajo femenino demarcan las actividades productivas en las que se insertan las mujeres.

Palabras clave: Trabajo femenino; comida callejera; trayectoria profesional; trabajo precario.

1 Introdução

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.
Simone de Beauvoir

O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre trajetórias de vida laboral de mulheres no segmento comida de rua, tendo em vista o crescimento do setor, abordando questões de gênero, informalidade e precarização do trabalho feminino. Os dados apresentados nesse artigo derivam de uma pesquisa anterior que teve como foco a compreensão de processos de precarização laboral em trabalhadores de comida de rua, entre ambulantes e barracas de comida, na cidade de Fortaleza/CE. Dentre os 10 trabalhadores entrevistados, 7 foram mulheres, cujas histórias laborais na comida de rua serão foco neste artigo.

O recorte de gênero realizado surge dos dados despontados durante a investigação, que sugerem que as especificidades do trabalho feminino parecem demarcar todas as atividades produtivas em que as mulheres se inserem. Nesse sentido, coadunamos com a perspectiva de Hirata e Kergoat (1994, p. 94) no que se refere à necessidade de levarmos em consideração a categoria gênero em nossas análises sobre o mundo do trabalho e sobre a classe trabalhadora, já que sua não consideração implicaria a compreensão de não haver “[...] heterogeneidade em sua composição, em seus comportamentos e práticas”.

Ao compreendermos que os fenômenos que se desenvolvem no mundo do trabalho repercutem de maneiras marcadamente diferentes na vida das mulheres e dos homens, afiliamo-nos aos estudos mais recentes que requisitam o exame do trabalho por esse prisma, além do viés marxista de classes (HIRATA; KERGOAT, 1994). Desse modo, ao almejarmos realizar uma análise do trabalho feminino que vislumbre romper com velhas dicotomias (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009), é preciso compreender que as relações de classe são sexuadas, ou seja, a classe operária tem dois sexos (HIRATA; KERGOAT, 1994). E, se avançarmos nessa perspectiva, podemos dizer que na atualidade a classe trabalhadora

OLIVEIRA, E.N.P.; MEYER, A.V.T.L.; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

superou inclusive o binarismo das relações, quando lançamos o olhar para as questões LGBTQiA+.

Mesmo se tratando de um segmento historicamente marcado pela precarização e pela informalidade, a comida de rua, desenvolvida predominantemente por mulheres (LOBO et al, 2015), acaba sendo acentuada em seus aspectos negativos pela presença da condição laboral feminina. Desse modo, discutimos neste texto algumas especificidades do trabalho feminino que, historicamente, marcam a vida de tantas mulheres trabalhadoras, sem excluir aquelas que acumulam as atividades produtivas com o trabalho reprodutivo. Em suma, intentamos apresentar as trajetórias das trabalhadoras por nós entrevistadas, dentro de um segmento predominantemente feminino e precário: a comida de rua.

2 Trabalho feminino: trabalho precário?

A inserção da mulher no mercado de trabalho, em uma perspectiva histórica, foi marcada pela precarização do trabalho e por formas de trabalho intensamente perpassadas por uma ausência de dignidade laboral. Mesmo hoje, quando a mulher se insere no mercado produtivo e é, muitas vezes, a provedora da família, ainda se vê envolta em atividades precárias, a exemplo das mulheres entrevistadas em nossa pesquisa.

No Brasil, a precarização tem se apresentado pela via da flexibilização, principalmente sob o modo da informalidade. Nesse cenário, há um movimento de bipolarização do trabalho feminino, apresentando, em um extremo, mulheres bem remuneradas e altamente qualificadas (em números ínfimos se comparados aos masculinos), e no outro extremo, mulheres com baixa qualificação e em condições de precariedade laboral (em números bem mais elevados, percentualmente, do que o contingente masculino) (MARCONDES, 2014).

Desde a década de 1970, há um aumento crescente da participação das mulheres no mercado de trabalho, demarcado pela forte crise econômica que reverberou nas premissas socializantes próprias do modelo

salarial e inspiradoras do Estado de Bem-Estar Social (BEDIN; NIELSSON, 2011). Este foi um marco temporal para o processo de intensificação da atuação feminina, seja formal, seja informal.

As mudanças ocorridas na economia mundial, a intensificação do comércio internacional, a reestruturação produtiva, a flexibilização dos direitos e das relações trabalhistas e a expansão do setor de serviços foram fatores que influenciaram exponencialmente o ingresso feminino no mercado de trabalho (HIRATA, 2002). Essa inserção tem ocorrido não somente em setores já tradicionalmente ocupados por mulheres, mas também nos setores terciários e de serviços (HIRATA, 2009). Há algumas décadas, seguimos observando o incremento no setor de serviços, com picos nos últimos anos, coincidindo com as mudanças na gestão política do País e a clara adoção ao modelo neoliberal dos dois últimos governos. Ademais, a inserção feminina nesse segmento laboral continua expressiva (IBGE, 2020).

Tal processo se deu, e assim permanece na contemporaneidade, sob as marcas da precariedade, assumindo, em geral, a forma de trabalhos *part-time*, subcontratados, temporários e informais (NASCIMENTO, 2014). Nessa direção, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), pontua que dos 6,3 milhões de trabalhadores em serviços domésticos em 2019, 5,8 milhões eram compostos por mulheres e ressalta, ainda, que essa é uma atividade essencialmente feminina e precária. Somando-se a isso, as faixas salariais femininas têm estado bem abaixo das auferidas pelo trabalho masculino. Em 2020, os homens ganhavam em média 28,1% a mais que as mulheres, fato que reflete nos direitos e nas condições de trabalho destas (IPEA, 2021). E, assim, situamos a mulher dentro do grupo de trabalhadores mais vulneráveis diante do fenômeno da precarização (AQUINO; MOITA, 2018).

Observamos no Brasil que a participação feminina vem aumentando linearmente e quase que alheia às oscilações da economia, principalmente entre as mulheres casadas com filhos, seguindo uma tendência indicada por autores ainda na década de 1990 (BRUSCHINI, 1994). Essa realidade assenta a forma como a mulher vem se inserindo e se mantendo no mercado de trabalho. A esse respeito, Hirata (2005) defende que a crescente participação laboral feminina tem se traduzido em trabalhos precários e vulneráveis.

Lavinas (1999, p. 39) já partilhava dessa compreensão indicando há mais de duas décadas a existência de um “[...] trade-off entre a elevação da taxa de emprego feminina, ou feminização do emprego, e a precarização das relações de trabalho, que explicaria vantagens comparativas da mão-de-obra feminina sobre a masculina”. Ou seja, a ideia da divisão sexual do trabalho de que um emprego masculino valeria mais que um emprego feminino é aproveitada pelo mercado para o aumento dos dividendos, convertendo o que seria uma conquista das mulheres – a inserção laboral feminina – em um instrumento de desigualdade entre os sexos (NASCIMENTO, 2014).

Assim, mesmo reconhecendo os recentes progressos na redução destas disparidades salariais de gênero, a OIT (2016) pontua que os avanços são pequenos. O que nos faz projetar que necessitaremos de mais 70 anos até que as diferenças salariais entre mulheres e homens sejam completamente sanadas. Hirata (2009, p. 26) nos auxilia na tarefa de delimitar o que configuraria um trabalho precário apontando três indicadores:

- 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais: o trabalho informal nos países do Sul concerne a atividades realizadas sem proteção social [previdência social, aposentadoria], férias, etc. O mesmo ocorre com um certo número de empregos do setor de serviços nos países do Norte [trabalhadores domésticos, faxineiras, etc.];
- 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; por exemplo, uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo tendo um contrato por tempo indeterminado, pode ser considerada como alguém que exerce um trabalho precário;
- 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a consequente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego.

Além de caracterizarem o trabalho precário, esses indicadores também expõem uma divisão sexual da precariedade. Fato corroborado por Sorj, Machado e Fontes (2007) ao constatarem que as mulheres são designadas às piores formas de inserção laboral, estando mais representadas do que os homens tanto em trabalhos informais quanto em trabalhos em tempo parcial, ambos marcados pelo baixo nível de qualificação e, em consequência, pela baixa remuneração. No caso da comida de rua, mesmo com uma variação de representações, de tipos e

modelos de trabalho e de variações de produto, a informalidade é sua principal característica, principalmente na Região Nordeste que apresenta um alto índice de informalidade, cerca de 56,9% em 2019 (IBGE, 2020). Além disso, o emprego informal é, na América Latina, a maior fonte de emprego não-agrícola para as mulheres (OIT, 2016).

Na esteira desses dados, o IBGE (2020) traz um panorama sobre a informalidade no País em 2019, que retrata a participação expressiva das mulheres em postos informais em comparação aos homens, concentrando-se no trabalho auxiliar familiar, além de integrar quase que completamente o trabalho doméstico sem carteira. O Instituto destaca que, enquanto o trabalho informal masculino se concentra em empregos sem carteira assinada de naturezas diversas e em trabalhos por conta própria, as mulheres estão em maior proporção nas atividades de serviços domésticos (73,5%) e agropecuária (73,8%) que, reconhecidamente, auferem ganhos bem aquém dos postos informais ocupados pelos homens.

Na análise dos dados, dentre as mulheres que fazem parte da força potencial de trabalho, parte deixou de buscar emprego, sendo os principais motivos: ter cuidar de afazeres domésticos, dos filhos ou outros parentes (21,3%), além de não haver trabalho na localidade (35,1%) (IBGE, 2020). Tais dados ratificam a desigual divisão sexual do trabalho reprodutivo que há décadas permanece favorecendo os homens em detrimento das mulheres, uma vez que há uma gritante sobreposição das funções domésticas e de cuidados impostas para elas (NASCIMENTO, 2014).

Sabemos que a situação já precária das mulheres sofreu um agravo desde o ano de 2020, com a crise gerada pela questão sanitária do Sars-Cov-2, surgido inicialmente no oriente, mas que se alastrou globalmente ao longo do primeiro semestre do ano supracitado. Considerando o quadro pandêmico, a ONU Mulheres (2021) alerta que cerca de 13 milhões de mulheres perderam seus postos de trabalho em 2021, configurando um dos grupos mais afetados pela crise econômica e sanitária. Ademais, as trabalhadoras representavam 43,2% da força de trabalho ocupada em 2021, enquanto os homens representavam 68,6% desta, demarcando a persistente desigualdade entre homens e mulheres no mercado laboral.

No contexto nacional, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2021) mostra uma importante diferença na taxa de participação entre homens e mulheres no mercado laboral em 2020, além de uma taxa de desemprego feminina maior. A pesquisa evidencia ainda que as mulheres, entre 2012 e 2020, apresentam sempre os maiores percentuais de migração para a inatividade. Já a saída da inatividade mostrou-se mais pesada para as mulheres, que apresentam menos chances de conseguirem uma ocupação (IPEA, 2021).

O cenário total reforça a forma tradicional de inserção e permanência das mulheres no mercado laboral. Entretanto, a expansão dessa forma de atividade feminina, vinculada a um modelo de trabalho precário, pode vir a prefigurar um regime empregatício que, recaindo sobre o universo de trabalhadores assalariados, deixa de ser uma preocupação exclusiva das mulheres, passando a ser uma questão para toda a classe trabalhadora (HIRATA, 2002; 2009), consolidando, assim, a precariedade como uma norma de participação crescente da classe trabalhadora, ainda que mantendo processos de vulnerabilização maiores entre as mulheres.

Conhecer o perfil das trabalhadoras na atualidade, bem como as condicionalidades que se interpõem entre elas e o mercado laboral e suas consequências, nos ajuda a demonstrar uma dinâmica que permite a compreensão da inserção laboral feminina. Se, por um lado, a especificidade de análise de um setor – no caso específico da comida de rua – pode limitar a generalização das reflexões que aqui se constroem, por outro, nos permite aprofundar os mecanismos de compreensão dos processos organizativos que se constituem a partir de uma das alternativas mais relevantes de inserção no mercado de trabalho do público feminino, no caso a venda de comida.

O nosso intento é identificar as tendências anteriormente apresentadas do trabalho feminino como signo do trabalho precário para validar sua concretização no âmbito das práticas socioeconômicas que demarcam a experiência da participação feminina. Isso dentro de um setor que tem tido um crescimento considerável e que, de alguma forma, atrela remuneração e sustento dos núcleos familiares e manutenção de uma expectativa sobre uma atividade tradicionalmente vinculada às mulheres.

3 Comida de rua: segmento feminino?

A comida de rua, hoje cada vez mais presente em diferentes formatos – do popular ao *gourmet* – acabou por se constituir, mais recentemente, uma alternativa ao crescente desemprego, baseado nas ideias de autonomia, flexibilização e domínio do tempo, além do respaldado pela noção de fácil inserção e crescente interesse público. Sob uma perspectiva histórica, “[...] no Brasil, a venda de comida nas ruas teria iniciado no Nordeste, a partir do século XVI, com a chegada das mulheres escravizadas, oriundas da África” (GASTAL; PERTILE, 2013, p. 4). De acordo com essa perspectiva, a venda de alimentos na rua teria se iniciado por uma parcela da população marginalizada, pobre e com um recorte de gênero bem delimitado.

A comida de rua, tradicionalmente, pode ser definida como um setor que fornece alimentos e bebidas prontos para consumo ou preparados na hora e vendidos nas ruas e lugares públicos, “[...] nesse rol poderiam estar incluídos, no Brasil, os pipoqueiros, os vendedores de cachorros-quentes, algodão doce ou mesmo de sorvetes, que frequentam as ruas das cidades” (PERTILE, 2013, p. 302). É, justamente, nesse sentido que tomamos aqui esse segmento, como a comercialização de alimentos e bebidas prontos para consumo, preparados e/ou vendidos nas ruas e outros lugares públicos, sendo caracterizados pelo preço baixo e acessível. Assim, mesmo reconhecendo, como dito a princípio, uma diversidade de alternativas no setor, é sobre o empreendimento de natureza mais popular que centra nossa atenção.

“Embora o comércio de ambulantes esteja sujeito à regulamentação em países desenvolvidos, representa uma lacuna normativa em diversos países tropicais. No Brasil, não há legislação federal para a atividade” (MALLON; BORTOLOZO, 2004, p. 68), exceto legislações municipais em algumas cidades que buscam atualizar essas lacunas, inclusive levando em consideração que é um setor que necessita de um cuidado higiênico-sanitário por parte do município. Apesar de algumas controvérsias quanto a seu funcionamento, em relação a condições de higiene na manipulação de alimentos e infraestrutura, esse segmento parece necessário ao modo

OLIVEIRA, E.N.P.; MEYER, A.V.T.L.; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

de vida das cidades, e parece surgir como uma necessidade de ganho de uma renda extra – ou até mesmo como a renda principal – para muitas famílias.

A presença do comércio ambulante, como forma de comércio e atividade econômica, indica alguns aspectos da conjunção de problemas urbanos contemporâneos, sobretudo, a pouca absorção do quantitativo da força de trabalho que, mediante a reestruturação produtiva, segrega trabalhadores por meio de funções profissionais marcadas cada vez mais pela qualificação e incorporação tecnológica. (GONÇALVES, 2014, p. 130).

A venda de alimentação nas ruas abriga grande proliferação de estratégias de sobrevivência em meio à realidade laboral que vivemos. Isso é evidenciado quando nos referimos especialmente a um trabalho eminentemente feminino, mal qualificado profissionalmente, de baixa renda e precário. No recorte de pesquisa aqui apresentado, foram entrevistadas 7 mulheres trabalhadoras, com idades entre 39 e 62 anos, atuando no comércio de comida de rua na cidade de Fortaleza/CE. A Tabela 1 ilustra alguns dados importantes em nossa análise, como o grau de escolaridade e os dados laborais das trabalhadoras.

Tabela 1: Perfil das entrevistadas.

Nome	Escolaridade	Idade	Tipo de atividade	Tipo de produto	Tempo de atividade	Tipo de negócio
Cordulina	Ensino médio cursando	39 anos	Barraca	Caldo de cana e pastel	07 anos	MEI
Zefinha	Ensino fundamental	40 anos	Barraca	Lanche	03 anos	MEI
Dona Maroca	Ensino médio incompleto	45 anos	Barraca	Almoço	10 anos	MEI
Conceição	Ensino fundamental incompleto	48 anos	Ambulante	Cachorro-quente	02 meses	Informal
Lourdinha	Ensino fundamental incompleto	49 anos	Ambulante	Salada de frutas	05 anos	Informal
Dona Idalina	Analfabeta	55 anos	Ambulante	Tapioca	02 anos	Informal

Dona Inácia	Ensino fundamental incompleto	62 anos	Barraca	Lanche	05 anos	Informal
-------------	-------------------------------	---------	---------	--------	---------	----------

Nota: Foram utilizados nomes fictícios inspirados nas personagens da obra O Quinze de Rachel de Queiroz.

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, sendo um método de investigação bastante utilizado nas áreas de ciências humanas e sociais. A construção dos dados analisados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e o tratamento destes foi realizado por meio da Análise de Conteúdo. Para a construção do corpúsculo de análise, optamos pela seleção das trabalhadoras por conveniência, configurando um método não-probabilístico. Esse tipo de abordagem às entrevistadas se mostrou bastante adequado pelo nosso tipo de público, que se encontra espalhado por diferentes ruas e vias da cidade.

Os procedimentos aqui descritos foram encaminhados e previamente aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC (CEP UFC - Universidade Federal do Ceará / PROPESQ-UFC) sob Número de Parecer 1.862.106 e CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) 61315416.7.0000.5054.

Cabe, ainda, situar que nossos referenciais teórico-epistemológicos ao seguirmos em nossas análises estão ancorados nos estudos do mundo do trabalho a partir da lente de observação da Psicologia Social do Trabalho (PST). Embora a pesquisa como um todo tenha viabilizado um maior alcance de reflexões, os dados aqui apresentados nos trazem importantes pontos de análise. A trajetória laboral dessas trabalhadoras na comida de rua nos serve de relevantes informações ao observamos características do trabalho feminino e de estratégias de sobrevivência relacionadas ao mundo do trabalho na contemporaneidade, considerados principalmente a condição de classe e o atravessamento do gênero. Enfatizamos que aqui faremos apenas um recorte dos dados construídos. Visto a impossibilidade de trazer as falas completas de todas as mulheres, nos deteremos àqueles trechos mais representativos do ponto de vista de nossa análise.

3.1 Trajetórias laborais e estratégias de sobrevivência: as trabalhadoras entre os âmbitos produtivo e reprodutivo

A informalidade surge como o grande cenário que envolve toda a trajetória laboral das entrevistadas, ilustrando nossa discussão anteriormente construída que aponta a figura da mulher ocupando setores informais. A participação feminina nesse tipo de trabalho advém da necessidade das mulheres ingressarem na esfera produtiva para complementar ou até mesmo garantir a renda familiar (BORIS, 2014), sem, no entanto, abandonarem a esfera reprodutiva, como relatado em muitos trechos a seguir. De maneira geral, podemos dizer que o trabalho reprodutivo compreende um conjunto de atividades que se destinam à reprodução e manutenção da vida humana, sem os quais não haveria possibilidade de reprodução da força de trabalho (MACHADO, 2014). Outro fator determinante para esse ingresso da mão de obra feminina, nas últimas décadas, foi o crescimento do setor de serviços, cuja flexibilização crescente favorece a inserção das mulheres.

No que se refere à vida laboral de Zefinha, uma das nossas entrevistas, a exemplo da maioria delas, esteve marcada por trabalhos informais. Antes da comida de rua, ela havia exercido atividades anteriormente como doméstica e manicure. Seu último emprego foi sua única experiência de trabalho formal, no qual ela passou 1 ano e meio, antes de decidir sair para ajudar o marido com a barraca, em que vendem lanches em frente a uma universidade. Quando questionada se teria vontade de voltar a trabalhar formalmente, Zefinha contou que se o salário compensar ela voltaria, mas que no momento precisa dividir essa atividade com o marido, recentemente desempregado.

A história de Dona Maroca também nos apresenta indícios dessa inserção na comida de rua. Ao nos relatar sobre sua história de vida laboral, Dona Maroca contou que abandonou os estudos cedo por conta do casamento com seu ex-marido e por ter que se dedicar à atividade de dona-de-casa. Ao se divorciar, deixou o interior onde morava e se mudou para Fortaleza, onde passou a morar com o atual marido, com o qual divide a atividade da venda de comida hoje: *“A gente começou sem nada mesmo, só com a coragem e confiança em Deus. Aí deu certo, foi aparecendo cliente e mais cliente e deu certo, até hoje”*. Ela contou que OLIVEIRA, E.N.P.; MEYER, A.V.T.L.; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

desde que veio para Fortaleza começou a trabalhar vendendo comida: “*Porque eu gosto de cozinhar e era o que eu sabia fazer, né?*”.

Através da fala de Dona Maroca, percebemos de forma mais clara como a venda de comida se apresenta como uma possibilidade mais plausível de ocupação feminina, visto que, em momentos de maior vulnerabilidade, se busca aquilo que se apresenta mais fácil e rápido para conseguir uma renda. No caso dela, o que estava ao seu alcance era fazer comida, já que era algo que ela sabia fazer bem. Outro ponto interessante, que unem os casos de Dona Maroca e Zefinha, e de outras das entrevistadas, é o trabalho junto ao marido, atuando como uma forma de auxiliar a atividade masculina.

É o caso também de Conceição, uma mulher de 48 anos, mãe de dois filhos, e que, em virtude do desemprego do marido, deixou o trabalho exclusivo de dona-de-casa e passou a trabalhar vendendo cachorro-quente próximo a um ponto de ônibus movimentado. Ela e o marido percorrem aproximadamente 6 quilômetros a pé empurrando o carrinho todos os dias para trabalhar naquele local, das 8 da manhã até as 3 da tarde, de domingo a domingo. Conceição nos conta, no entanto, que nunca deixou de exercer o papel de dona-de-casa, estando agora em dois trabalhos.

Exemplificando o que chamamos de estratégias de sobrevivência e sobre essa inserção em arranjos laborais informais, nos ilustra a fala de Dona Idalina, quando questionada sobre seu grau de capacitação para exercer o trabalho que desenvolve. Dona Idalina é ambulante e todos os dias sai a pé vendendo tapioca nas ruas do bairro onde mora.

Eu num estudei não, sou analfabeta. Mas eu desenrolo tudo, viu? Vou pra todo canto, num ando mais porque eu não aguento. Eu vendi salada, mas deixei de vender salada, porque pense num negócio pesado é salada. Pesa que só!”.(Dona Idalina).

O setor informal abriga hoje grande contingente de trabalhadoras na construção de estratégias de sobrevivência, muitas vezes com a venda de comida nas ruas, a variar de tipos e locais. A venda de salada citada por Dona Idalina como trabalho muito pesado, é ilustrada na fala de Lourdinha, quando nos relata como iniciou na venda de salada de frutas, na qual percorre vários bairros todos os dias em sua bicicleta.

OLIVEIRA, E.N.P.;MEYER, A.V.T.L; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa>

Aí foi uma vez que eu vi um homem vendendo salada. Aí pensei "Sabe de uma coisa? Não vou morrer de fome, não. Eu vou vender minha salada. Vou ver se dá certo". Aí comecei a vender, começou a dar certo né. Eu não tinha nada dentro de casa, nada nada nada. Mas é ruim eu falar isso, que dá até vontade de chorar. Eu não tinha nada, minha luz era cortada, minha água era cortada, tudo era cortado. Aí eu disse "Não, não vou morrer de fome com minhas meninas, não". Aí comecei a vender salada, e graças a Deus, com a salada eu tô melhor entendeu? Graças a Deus. Melhorou oh, 80%, a salada. Vender a minha salada no meio da rua é bom demais. Mas eu passei muita necessidade, mas graças a Deus que hoje tá melhor sabe. A gente passa, apertado, mas passa. Não passo como eu passava antes. Tinha dias que era correr pra um lado e pra outro pra viver, mas depois dessa salada, as coisas melhoraram muito, muito mesmo. Eu não tinha nada dentro de casa, não tinha geladeira, não tinha nada. Depois da salada eu consegui a geladeira, consegui um freezer agora recente, um freezer novo. Nem tinha cama, só tinha rede. Só tinha eu, as meninas e a casa. (Lourdinha).

Lourdinha é outra das mulheres trabalhadoras entrevistadas nessa investigação. Ela mora com duas filhas em uma casa de dois cômodos, em um espaço cedido no quintal da casa de uma de suas irmãs. Ela traz a venda da salada de frutas como uma espécie de salvação de sua vida e das filhas. Durante a entrevista, em meio a uma discussão sobre as vantagens e desvantagens do seu trabalho em relação ao trabalho formal, Lourdinha traz a flexibilização do tempo como um ponto fundamental para que ela assuma a postura de optar por continuar a exercer sua atividade, caso lhe aparecesse uma oportunidade de trabalho formal. Ela nos relata a principal justificativa dessa escolha:

Mulher, sinceramente, pra tá perto das minhas filhas, vendo o encaminhamento delas, eu preferiria trabalhar dessa maneira, entendeu? Porque vender no meio da rua, certo que pega um solzinho, mas você sabe que só trabalha no meio período né? Aí é o tempo que eu deixo a comida delas feita, quando ela chega do colégio. Já deixo a pequenininha só em casa, que a grande já trabalha. Aí deixo ela só em casa. Aí eu prefiro mil vezes trabalhar pra mim mesmo. (Lourdinha).

Ela nos fala sobre sua jornada de meio período, mas acaba por não considerar o tempo que gasta no preparo dos alimentos, anterior à venda. A sua atividade produtiva, nesse caso, acaba se entrelaçando com o espaço reprodutivo de cuidados com as filhas e a casa, sendo esse um ponto crucial de consideração da comida de rua como espaço de trabalho

feminino: a possibilidade de consecução de atividades produtivas e reprodutivas, de modo quase imbricadas umas nas outras. A seguir, Lourdinha completa:

Assim, todos os dias eu tenho meu dinheirinho né, pra comprar alguma coisa, que elas [as filhas] necessitam. E trabalhando pra fora, você já deixa a vida da sua filha só. E a preocupação da gente é grande demais. Trabalhando pra firma, você tem que deixar, de qualquer maneira. E trabalhando pra si mesmo, no dia que eu não quiser trabalhar, eu não vou, entendeu? Porque eu preciso ficar com minha filha dentro de casa, e minha filha tá precisando. Ou então ela liga pra mim e onde eu tiver eu imediatamente tô em casa. E em firma eu não posso, em firma você tem que esperar o horário exato de sair pra ir pra casa resolver as coisas. Por isso que eu gosto, é muito melhor trabalhar assim, por conta própria, do que pras firmas. (Lourdinha).

É interessante pontuar que, mesmo considerando o tempo do trabalho como o preponderante e central, há outros aspectos ou ocupações sociais que têm temporalidades próprias, cujas demarcações, antes bem delineadas, hoje se tornaram indefinidas no contexto advindo com a reestruturação produtiva. O caso de Lourdinha nos coloca a necessidade de pontuar a especificidade do trabalho feminino nessa perspectiva. Considerando o total de nossas entrevistadas, todas relataram sobre a divisão do tempo com outras atividades ligadas ao espaço doméstico, tais como o cuidado da casa e dos filhos. Em contrapartida à dedicação exclusiva aos afazeres domésticos, essas mulheres pontuam também a necessidade de continuar a exercer a atividade produtiva, numa perspectiva de subsistência.

Há esse acúmulo de atividades sobre as mulheres, que exercem o trabalho produtivo e reprodutivo. Portanto, podemos afirmar que os impactos psicossociais ligados ao tempo de trabalho são mais profundos sobre aquelas que precisam arcar, muitas vezes sozinhas, com as responsabilidades da dinâmica doméstica. Assim, a atividade empreendida por essas mulheres, fruto de configurações nas relações de trabalho, “[...] muitas vezes resulta na fragmentação dos projetos pessoais, na aceleração do ritmo de vida e em uma impregnação do cotidiano” (BULGACOV et al, 2010, p. 342). Em função disso, o uso do tempo fora do trabalho se constitui como uma problemática para além da intensificação laboral que se encontra dentro da jornada. Levando em conta condições tanto financeiras quanto relacionadas às demais obrigações como tarefas

OLIVEIRA, E.N.P.; MEYER, A.V.T.L; AQUINO, C.A.B. *Trajетórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>

domésticas e deslocamentos, muitas dessas trabalhadoras acabam por compreender a experiência de vivenciar o lazer ou o ócio na ordem da impossibilidade.

Essa intensificação laboral que recai sobre a mulher pode ser ilustrada também pela figura da esposa de um dos entrevistados homens da pesquisa. No seu cotidiano de vida, essa esposa parece corporificar a figura perfeita da mulher que se divide entre o mundo reprodutivo e o produtivo (dela e do marido). Essa mulher trabalha como faxineira diarista fora do espaço do lar e cuida das atividades domésticas e de cuidados com a filha de 5 anos. Não bastasse o fardo da dupla jornada, no período da noite ela ainda prepara toda a alimentação vendida pelo esposo durante a manhã seguinte. Nesse caso, o esposo relata que ela apenas o ajuda, mas que é ele próprio que sai para vender, ignorando e invisibilizando o fato de que ela desempenha grande parte de seu processo de trabalho. O que haveria para ele vender, caso ela não produzisse os alimentos?

Um outro fato interessante que se destaca em relação à esposa do entrevistado é a impossibilidade de esta iniciar em um trabalho fixo, visto a necessidade de cuidado com a filha e com a casa. Nesse sentido, ela não pode aceitar os convites de trabalho como faxineira fixa em domicílios. Assim, faz as faxinas somente quando consegue conciliar com os cuidados com a criança, caracterizando seu próprio trabalho produtivo como secundário em relação ao do esposo. Compreende-se que, a despeito do modelo que se adote, fica evidente que a divisão sexual do trabalho se reordena e permanece (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

Também a esse respeito, enfatizamos a situação de Cordulina. Cordulina é uma mulher de 39 anos de idade, mãe de dois filhos e que há 7 anos divide uma barraca de caldo de cana e pastel com o marido. Contou que quando o conheceu ele já vendia, e por isso começou a ajudá-lo e trabalhar junto com ele. A barraca fica aberta de segunda a segunda, das 7 da manhã às 5 da tarde, e Cordulina contou que nos horários em que eles não estão lá, ela trabalha cuidando da casa, preparando os pastéis e comprando a cana para o caldo, e que seu expediente começa de verdade às 4 horas da manhã, para que eles possam estar pontualmente com a barraca aberta. Sobre sua história de vida no trabalho, Cordulina relatou que trabalhou informalmente como doméstica

ou fazendo faxinas: *"Carteira assinada 1 ano e seis meses só, o resto foi só trabalhando assim, avulso"*.

Hirata (2009) destaca a intensificação do trabalho como uma das grandes consequências da flexibilização e da precarização do trabalho, em especial para o contingente de trabalho feminino, com uma dupla repercussão: os inúmeros danos à saúde física e mental e o aumento do vazio que separa as trabalhadoras das que se encontram sem emprego. No que se refere à saúde física e mental, nos deparamos com diversos trechos de fala em que as trabalhadoras trazem como vantagens das vendas de comida de rua dois pontos principais: a possibilidade de pareamento com as atividades domésticas e a possibilidade de poder organizar os próprios horários, inclusive cuidando mais da própria saúde, como disse Lourdinha: *"no dia que quiser ficar em casa, não vou trabalhar"*. A respeito desse último aspecto, observamos que o cuidado com a saúde é, em geral, ignorado, visto que um dia de trabalho perdido é um dia de dinheiro que não se ganha.

Sobre a intensificação laboral, nas mais variadas formas e arranjos familiares, constatamos a permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres. Independente de como elas irão lidar com esta atribuição, seja delegando, realizando ou solicitando ajuda, essa atribuição não se desloca para o outro gênero. Aqui utilizamos o termo "ajuda" para delimitar seu caráter obnubilado nos discursos que invisibilizam "[...] a obrigatoriedade e a atribuição deste trabalho a todas as mulheres nos arranjos familiares" (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 26), pois entendemos que o que é considerado "ajuda" deveria ser uma responsabilidade dos demais membros familiares, em especial dos homens, numa perspectiva de compartilhamento. Assim, mantém-se inalterada a divisão sexual do trabalho fincada num forte viés de gênero (SORJ; MACHADO; FONTES, 2007).

Para Boris (2014), ao sair para o mercado de trabalho, a mulher nunca deixou de executar as atividades domésticas. Ao contrário, houve um acúmulo do trabalho produtivo e reprodutivo, resultando numa dupla jornada de trabalho. É o caso das histórias femininas discutidas aqui, levando em consideração, especialmente, que o trabalho que se desenvolve dentro do espaço doméstico de preparação da alimentação vendida nas ruas, muitas vezes, se confunde com as atividades da esfera

reprodutiva. Nesse cenário, a própria atividade de trabalho fica condicionada às atividades domésticas.

Bruschini (1994, p. 118) já evidenciava essa tendência, reconhecendo que a participação feminina no mercado laboral não é atrelada unicamente às condições desse mercado, mas é perpassada pelas possibilidades que as mulheres possuem de se oferecerem a ele, condicionadas, além do sexo, por sua “[...] cor, a idade, o estado civil, a escolaridade, a presença de filhos –e familiares –, o ciclo da vida familiar, a estrutura da família, etc.”. A autora destaca a maternidade como a mais importante condicionalidade à qual a mulher é submetida. Desse modo, o número da prole e a idade desta, na maioria das vezes, podem definir se a mulher vai ou não se habilitar a um trabalho remunerado externo ao lar, ou se ela terá que se dedicar somente aos afazeres domésticos e/ou a trabalhos informais em sua moradia como estratégia de enfrentamento das tensões entre trabalho e família.

Assim, a inserção, a permanência e a colocação das mulheres no mercado de trabalho estariam restringidas por uma menor disponibilidade destas para o mercado –quando comparadas aos homens –advindas das condicionalidades que as mulheres carregam, fruto de suas atribuições reprodutivas (BRUSCHINI, 1994). Por outro lado, para além de aspectos que configurem a informalidade, a precariedade e a intensificação laboral feminina, dedicamos também atenção especial ao pensar em como essa atividade serviu, de certo modo, de emancipação e independência financeira à essas mulheres. Isso se exemplifica na fala anteriormente ilustrada de Lourdinha ao declarar a felicidade que sente em poder sustentar suas filhas a partir do trabalho que desenvolve.

Dona Inácia, por sua vez, exemplifica perfeitamente a trajetória laboral de uma mulher em busca de sua sobrevivência nos dois trechos de fala citados a seguir:

Ah, eu já trabalhei... A única coisa que eu ainda não fiz foi roubar, me prostituir e vender droga. Mas já vendi produto, [...] vendi chinela, vendi confecção, vendi aqueles kits de cozinha, de colcha de cama. A menina me fornecia produto pra eu vender nas casas. Já vendi tudo quanto foi de produto, já montei comércio num sei quantas vezes, sempre tive um boteco. Tudo pra eu me manter, porque eu nunca dependi do meu marido. Eu dependia dele pra

comer e pra sombra da casa, mas pra me vestir e calçar era eu, era suado. (Dona Inácia).

[...] Eu nunca parei não. Tá com 17 anos que eu me separei. O pai das meninas nunca deu. E os sobrinhos, a minha família, eles não têm obrigação de me dar. Eu tenho que me rebolar. E eu digo é muito a Deus "senhor, me dê força, saúde, coragem, pra eu batalhar". (Dona Inácia).

Mais do que nunca, esse contingente feminino, de baixa renda e de baixa escolaridade, busca sobreviver e se emancipar em meio ao caos que se instaura em nosso sistema econômico na atualidade. Assim, para além de reconhecer a necessidade das mulheres de terem sua independência financeira, atuando no mundo produtivo, é preciso também reconhecer e valorizar o trabalho realizado por estas na esfera privada. Nesse sentido, a preparação do produto a ser comercializado na rua, por exemplo, é feita no âmbito doméstico e demanda um compartilhamento com o espaço reprodutivo. Portanto, o estar na rua cobre apenas um segmento de toda a atividade sob a denominação de comida de rua.

4 Considerações finais

A grande questão que se coloca neste trabalho, e nos forneceu a base para o construirmos, é que, ainda que inseridas no campo produtivo de trabalho, a inserção das mulheres trabalhadoras, em sua maioria, acontece em setores historicamente precários e precarizados, como a comida de rua, e ainda fortemente marcada pelas especificidades do ser mulher em nossa sociedade.

O processo de precarização do trabalho se caracteriza, para além da deterioração das condições laborais, da desregulamentação e do não acesso à determinados direitos, pela precarização da própria condição de vida das trabalhadoras, em níveis bem mais amplos e complexos que o estritamente laboral. Isso porque a insegurança não se restringe apenas ao econômico, ela se instaura e impregna os laços sociais e a produção subjetiva, instigando a tal corrosão do caráter evidenciada por Sennett (2011). E, assim, é vivida de forma concreta “[...] a desorientação envolvida no marchar para a incerteza, para os tais buracos estruturais [...]” (SENNEETT, 2011, p. 100).

Esse trabalho se soma a tantos outros no esforço de construir possibilidades de contato e proximidade com trabalhadoras que fazem parte de nosso cotidiano nas ruas por onde passamos todos os dias, na tentativa de (re) criar narrativas partilhadas de vida e oferecer lugar de fala e escuta para sujeitos muitas vezes silenciados pelo cotidiano.

A oportunidade de conhecer as histórias aqui relatadas e os modos de vida dessas trabalhadoras em meio a tantos impasses nos faz reacender esperanças sobre possibilidades de construção de redes de resistência ao que é colocado como corrosivo, já que “[...] um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo” (SENNETT, 2011, p. 176). Explorar essa realidade, desde sua constituição, modos de operacionalizar e resistir é um desafio que não está demarcado por limites claros, mas por possibilidades de, ao reconhecer sua potencialidade de gerar inserção para um contingente considerável de trabalhadoras, avançar no desvelar das reais condições de precarização do cenário laboral.

Ademais, situamos como fator decisivo para a o cuidado e a permanência da mulher no mercado produtivo de trabalho, caso seja esta sua opção, a criação e consecução de políticas públicas voltadas, principalmente ao cuidado das crianças, como creches e escolas em período integral. Considerando as fragilidades decorrentes da ausência de uma articulação nacional mais eficiente, tal como seria um sistema de políticas públicas para as mulheres, espera-se que o fortalecimento dessas políticas diminua a assimetria das relações de gênero no trabalho, de modo a fortalecer o trabalho feminino. Importante, ainda, enfatizar que esse fortalecimento da participação feminina no mercado de trabalho deve ser realizado de modo que não custe para essas mulheres sua saúde, física e mental.

Por fim, cabe trazeremos à tona uma reflexão que finaliza nosso trabalho apontando, para além da questão feminina aqui enfatizada, outros desafios em curso no mundo do trabalho brasileiro. No referimos, mais apropriadamente, aos cuidados relacionados ao trabalho na comida de rua, carecendo, inclusive, de um olhar voltado à saúde dos trabalhadores nesse setor. Esse cuidado deve se estender para além de perspectiva higiênico-sanitária, ainda que esta seja extremamente

necessária, adentrando o próprio campo da Saúde do Trabalhador na assistência em saúde, de modo a identificar, estudar e orientar trabalhadores sobre agravos relacionados ao processo de precarização. Assim, esperamos que o cuidado com a saúde do trabalhador não se localize apenas dentro das organizações formais de trabalho, compreendendo que o mundo do trabalho se estende a outros espaços.

Nota: O artigo foi escrito a partir de desdobramentos de pesquisa de mestrado que culminou no trabalho de dissertação “Empreendedorismo em cenário de precarização laboral: um estudo com trabalhadores de comida de rua”, defendida no ano de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Agradecimentos - À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que viabilizou a pesquisa.

Referências

[AQUINO, C. A. B.;](#) [MOITA, D. S.](#) Uma reflexão sobre a precariedade laboral no âmbito da Psicologia do Trabalho. *In:* LIMA, A. F. de; GERMANO, I. M. P.; SABÓIA, I. B. de; FREIRE, J. C. (Orgs.). **Sujeito e Subjetividades Contemporâneas:** estudos do programa de pós-graduação em psicologia da UFC. 1ed.Fortaleza: Edições UFC, 2018, v. 1, p. 303-334.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres braileiras. *In:* ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (Orgs.) **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.** Recife: SOS CORPO, 2014. p. 13-50.

BEDIN, G.; GRACIELE NIELSSON, J. A crise dos anos 70 do século 20 e a ruptura da tendência socializante das sociedades capitalistas: algumas observações sobre a ascensão das ideias neoliberais e suas consequências. **Direito e Desenvolvimento**, v. 2, n. 4, p. 39-60, Edição 2011, publicado em 22 maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/179>. Acesso em: 21 jan. 2022.

OLIVEIRA, E.N.P.;MEYER, A.V.T.L; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua.* R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa> 149

BORIS, E. Produção, reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101–121, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/iS5qfm>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRUSCHINI, M. C. Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In: BRANDÃO, M.; BINGEMER, M. (Orgs). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 115–130.

BRUSCHINI, M. C.; RICOLDI, A. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93–123, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/ry6x8V>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BULGACOV, Y. L. M. et al. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? **Psicologia e Argumento**, v. 28, n.63, out/dez, pp. 337-349, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/j8fCXE>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

GASTAL, S.; PERTILE, K. As Comidas de Rua entre fixos e fluxos. In: **X Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2013, Caxias do Sul. Turismo, Gastronomia e Restauração, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/nbvD1T> >. Acesso em: 17 jan. 2022.

GONÇALVES, L. A. A. Entre a norma urbana e a resistência: a espacialidade do comércio ambulante de confecção no centro de Fortaleza – Ceará. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 128-148, dezembro de 2014. Disponível em <<http://seer.uece.br/geouece>>. Acesso em 17 jan. 2022.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 17/18, p. 139–156, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/cSRDbf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

HIRATA, H. Globalização, trabalho e gênero. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v.9, n.1, p. 111–127, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/7Ni8s1>. Acesso em: 21 jan. 2022.

HIRATA, H. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 24–41, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/nPv6mo>. Acesso em: 21 jan. 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 93–100, 1994. Disponível em:

OLIVEIRA, E.N.P.; MEYER, A.V.T.L; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa> 150

<https://goo.gl/qX5bn1>. Acesso em: 21 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, n. 43, 148 p.: il.(ISSN 1516-3296). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Mercado de trabalho: conjuntura e análise. **Boletim Mercado de Trabalho**. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, v.1, n.71, 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10274/1/bmt_66.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

LAVINAS, L. Empregabilidade: uma noção conjulgada no feminino. *In*: FARIA, N.; NOBRE, M. (Orgs). **O Trabalho das mulheres: tendências contraditórias**. São Paulo: SOF, 1999. p. 38–42.

LOBO, L. N. et al. Perfil e discurso de trabalhadores de comida de rua. **Vig. Sanit. Debate**. 2015, v. 3, n. 1, 82-87. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi2yegHwcP1AhVKrpUCHZnOASAQFnoECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fvisaemdebate.incqs.fiocruz.br%2Findex.php%2Fvisaemdebate%2Farticle%2Fdownload%2F267%2F185&usq=AOvVaw3cSFRgVURc4hQxiwY7rFf1>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MACHADO, M. S. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? *In*: ÁVILA, M; FERREIRA, V. (Orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 51–78.

MALLON, C. BORTOLOZO, E.A.F.Q. Alimentos comercializados por ambulantes: uma questão de segurança alimentar. UEPG **Ciências Biológicas e Saúde**, Ponta Grossa, v.10, p.65-76, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/J1cjPu>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MARCONDES, M. M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais de cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para sua democratização. *In*: ÁVILA, M; FERREIRA, V. (Orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 79–105.

OLIVEIRA, E.N.P.;MEYER, A.V.T.L; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa> 151

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 39-56, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/tHtBXa>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ONU MULHERES. Américas foi a região mais afetada pelo desemprego de mulheres na pandemia. ONU News, 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/07/1757182#:~:text=Segundo%20a%20OIT%2C%20apenas%2043,desde%20o%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mulheres no trabalho: tendências 2016 - Sumário**. Genebra: OIT, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/oBF1Qp>. Acesso em: 21 jan. 2022.

PERTILE, K. Comida de rua: relações históricas e conceituais. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 5, n. 2, p. 301-310, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/9itNWM> >. Acesso em: 17 jan. 2022.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16^ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SORJ, B.; MACHADO, D. C.; FONTES, A. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa [online]**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/652ZPm>. Acesso em: 21 jan. 2022.

Artigo apresentado em: 14/02/2022

Aprovado em: 25 /03 /2022

Versão final apresentada em: 28/03 /2022

OLIVEIRA, E.N.P.; MEYER, A.V.T.L; AQUINO, C.A.B. *Trajetórias de vida laboral de trabalhadoras de comida de rua*. R. Laborativa, v. 11, n. 1, p. 129-152, abr./2022. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa> 152